

EDITAL Nº 001/2025 DO CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS EFETIVOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE BEZERROS (PE)

CÂMARA MUNICIPAL DE BEZERROS (PE)

TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

MANHÃ

Atenção: Fraudar ou tentar fraudar Concursos Públicos é Crime previsto no art. 311-A do Código Penal.

**ORIENTAÇÕES IMPORTANTES AO CANDIDATO:**

**1. Conferência de documentos:**

- ✓ Verifique seu nome, número do documento e número de inscrição em todos os materiais entregues.
- ✓ Confira o Caderno de Questões quanto a falhas de impressão ou numeração.

**2. Cumprimento das normas:**

- ✓ O descumprimento de qualquer regra constante no Edital, Caderno de Questões ou Folha de Respostas poderá acarretar a eliminação do candidato.

**3. Folha de Respostas:**

- ✓ É o único documento válido para avaliação.
- ✓ Preencha corretamente o campo da assinatura.
- ✓ Assinale apenas uma alternativa por item.
- ✓ Utilize apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- ✓ Devolva a Folha de Respostas preenchida e assinada ao fiscal.

**4. Divulgação de provas e gabaritos:**

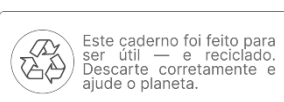
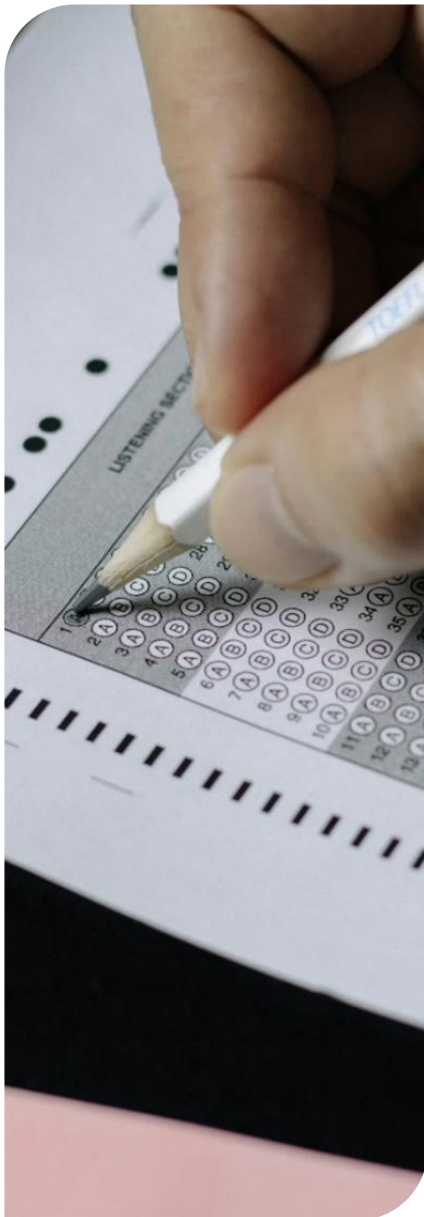
- ✓ Estarão disponíveis no site do Instituto IGEDUC ([www.igeduc.org.br](http://www.igeduc.org.br)), conforme o Edital.

**5. Condutas proibidas:**

- ✓ Manusear o Caderno de Questões antes do horário oficial.
- ✓ Comunicar-se com outros candidatos durante a prova.
- ✓ Usar aparelhos eletrônicos de qualquer tipo.
- ✓ Anotar o gabarito fora da Folha de Respostas.

**6. Exceto quando o enunciado da questão determinar o contrário, considere as seguintes regras:**

- ✓ As questões de Língua Portuguesa devem ser respondidas conforme a norma culta vigente à época da aplicação da prova; as de informática, com base na versão mais atualizada dos softwares mencionados na mesma data; e as de legislação, considerando a versão vigente e mais atual de cada lei.



## Conhecimentos Gerais

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 3.

Nova Combinação de Terapias Mostra Resultados Inéditos Contra o Câncer de Bexiga

Um novo estudo trouxe esperança para pessoas com câncer de bexiga em estágio avançado. Até pouco tempo atrás, a melhor opção de tratamento era a quimioterapia antes da cirurgia, que ajudava a reduzir o risco de metástases e aumentava as chances de cura. Mas essa estratégia não servia para todos: muitos pacientes não podiam receber esse tipo de quimioterapia e acabavam tendo como única alternativa a cirurgia, com resultados nem sempre satisfatórios.

O trabalho mostrou que a combinação do imunoterápico pembrolizumabe com o anticorpo conjugado à droga enfortumabe vedotina, administrada antes e depois da cirurgia, promoveu melhora significativa na sobrevida livre de eventos, na sobrevida global e na taxa de resposta patológica completa em comparação à cirurgia isolada. É a primeira terapia sistêmica perioperatória a demonstrar superioridade nesse cenário, abrindo caminho para um possível novo padrão de tratamento.

No Brasil, o câncer de bexiga merece atenção especial. Segundo o Instituto Nacional de Câncer (INCA), são diagnosticados cerca de 11,3 mil novos casos por ano, o que representa aproximadamente 3,3% de todos os casos de câncer entre homens. Embora não esteja entre os mais incidentes, a doença apresenta prognóstico variável e desafiador. Nos tumores não invasivos de músculo, a sobrevida em cinco anos pode chegar a 90%, mas cai para 60% ou menos nos casos invasivos. Além disso, a taxa de recidiva após a cirurgia ultrapassa 50% em dois anos.

Por isso, os resultados do estudo são tão relevantes. Eles representam não apenas uma vitória científica, mas também um avanço com impacto humano direto, oferecendo mais sobrevida, qualidade de vida e esperança para pacientes que até então enfrentavam limitações terapêuticas importantes. Também ampliam as opções para aqueles que não podiam se beneficiar da quimioterapia convencional.

O desafio agora está em transformar essa inovação em acesso. Os resultados marcam um novo capítulo na luta contra o câncer de bexiga. O próximo passo é garantir que a esperança gerada pela ciência não se restrinja a poucos, mas alcance quem mais precisa.

<https://forbes.com.br/colunas/2025/10/fernando-maluf-nova-combinacao-de-terapias-mostra-resultados-ineditos-contr-o-cancer-de-bexiga/>

### Questão 01

O texto apresenta uma reflexão sobre os impactos de uma descoberta científica recente no tratamento do câncer de bexiga, destacando tanto seu valor clínico quanto suas implicações sociais. Ao mesmo tempo que

celebra o avanço médico, o autor alerta para um obstáculo que ultrapassa o campo da ciência. Considerando o conteúdo e o tom do trecho, assinale a alternativa que expressa a mensagem principal do autor.

- (A) O texto destaca que a verdadeira conquista científica ocorre apenas quando os avanços tecnológicos se traduzem em benefícios acessíveis a toda a população.
- (B) O texto enfatiza que a pesquisa sobre o câncer de bexiga atingiu seu objetivo final ao eliminar a necessidade de quimioterapia para todos os pacientes.
- (C) O texto sugere que a inovação científica, embora relevante, é insuficiente para trazer esperança real, pois os resultados ainda são limitados e incertos.
- (D) O texto argumenta que a ciência deve priorizar resultados de laboratório, deixando a questão do acesso sob responsabilidade das políticas públicas.

### Questão 02

O texto aborda avanços científicos no tratamento do câncer de bexiga, evidenciando uma mudança significativa no cenário terapêutico. A partir da introdução de novas combinações de medicamentos, o estudo mencionado sugere uma evolução nas possibilidades de cura e na qualidade de vida dos pacientes. Considerando o conteúdo e a intenção comunicativa do autor, assinale a alternativa que expressa a principal contribuição do estudo apresentado.

- (A) O texto destaca que a combinação entre imunoterapia e anticorpos apresenta resultados promissores, podendo redefinir o tratamento-padrão da doença.
- (B) O texto sugere que a cirurgia isolada é o tratamento mais seguro, uma vez que elimina os efeitos adversos de medicamentos experimentais.
- (C) O texto indica que os avanços científicos recentes ainda não demonstraram impacto concreto na sobrevida dos pacientes com câncer de bexiga.
- (D) O texto mostra que a quimioterapia tradicional continua sendo a única forma eficaz de tratamento para todos os casos de câncer de bexiga avançado.

### Questão 03

O texto apresenta dados relevantes sobre o câncer de bexiga no Brasil, destacando não apenas sua incidência, mas também a complexidade de seu prognóstico e a alta taxa de recorrência após o tratamento. A partir dessas informações, é possível perceber que o desafio relacionado à doença vai além do diagnóstico inicial. Considerando esse panorama, assinale a alternativa que expressa a ideia central do texto.

- (A) O texto enfatiza que o principal problema do câncer de bexiga é a falta de métodos cirúrgicos eficazes para sua eliminação completa.

- (B) O texto indica que o câncer de bexiga é o tipo mais letal entre os homens e que o Brasil apresenta os maiores índices mundiais de mortalidade.
- (C) O texto busca tranquilizar a população ao mostrar que o câncer de bexiga é uma doença rara e de fácil controle clínico.
- (D) O texto ressalta que, embora o câncer de bexiga não seja o mais comum, ele apresenta elevada taxa de recorrência e variação significativa no prognóstico conforme o tipo do tumor.

#### Questão 04

As regras de acentuação das palavras paroxítonas abrangem diferentes terminações, sendo fundamentais para evitar equívocos ortográficos, especialmente em textos formais e acadêmicos. Considerando as normas do Acordo Ortográfico e as regras que determinam o uso do acento gráfico em paroxítonas, analise as afirmações a seguir e identifique aquelas que estão corretas.

I. As palavras "fênix" e "caráter" são paroxítonas acentuadas, respectivamente, por terminarem em x e r, consoantes que exigem o acento quando a tônica recai na penúltima sílaba.

II. A palavra "vírus" não deve receber acento, pois as paroxítonas terminadas em us não são acentuadas graficamente.

III. As palavras "tênue" e "vôlei" são acentuadas porque terminam em ditongo, o que caracteriza uma regra específica de acentuação das paroxítonas.

IV. A palavra "bênção" é acentuada por ser paroxítona terminada em ão, enquanto "ímã" é acentuada por ser paroxítona terminada em ã.

Qual(is) das afirmativas acima são FALSAS?

- (A) Somente II e IV.
- (B) Somente IV.
- (C) Somente II.
- (D) Somente I e III.

#### Questão 05

Em determinados contextos, a concordância verbal sofre variações específicas, sobretudo quando envolve verbos impessoais, expressões temporais e construções cujo sujeito pode causar ambiguidade interpretativa. Analise o período a seguir:

"\_\_\_\_\_ dez anos que não visitamos aquela cidade, e, apesar disso, ainda \_\_\_\_\_ lembranças vivas do local."

Assinale a alternativa que apresenta a forma correta de concordância verbal que preenche as lacunas acima, de acordo com a norma culta da Língua Portuguesa:

- (A) Haja dez anos – existem
- (B) Fazem dez anos – existe
- (C) Houveram dez anos – existe
- (D) Há dez anos – existem

#### Questão 06

Durante uma cerimônia de posse de novos servidores públicos, o prefeito de um município enfatizou que todos os atos da administração devem respeitar os fundamentos e objetivos da República Federativa do Brasil, conforme previstos na Constituição Federal. Em sua fala, ele destacou que a soberania, a cidadania e a dignidade da pessoa humana são elementos estruturais do Estado brasileiro.

Com base exclusivamente nos artigos 1º e 3º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, marque a alternativa CORRETA.

- (A) A construção de uma sociedade justa e solidária é objetivo exclusivo da União.
- (B) A cidadania é considerada apenas um valor social e não um fundamento constitucional.
- (C) A República Federativa do Brasil é formada pela União, apenas.
- (D) A dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho são fundamentos da República Federativa do Brasil.

#### Questão 07

Com base exclusivamente nos artigos 1º e 4º da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), analise os itens a seguir e marque a sequência CORRETA (V para verdadeiro, F para falso).

- ( ) A LRF estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.
- ( ) O planejamento orçamentário é instrumento essencial para o cumprimento das metas fiscais.
- ( ) A LRF se aplica apenas à União, excluindo Estados e Municípios.

Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) V, F, V.
- (B) F, V, V.
- (C) V, V, F.
- (D) V, F, F.

#### Questão 08

Analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa que apresenta apenas as proposições VERDADEIRAS, de acordo com o Art. 5º da Constituição Federal de 1988.

- I. A igualdade perante a lei abrange brasileiros e estrangeiros residentes no País.
- II. É garantido o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
- III. As normas definidoras de direitos fundamentais dependem de lei complementar para ter eficácia.

Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) I, apenas.

- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) I, II e III.

### Questão 09

Durante a prestação de contas anual, o gestor municipal afirmou que o controle externo é exercido pelo Tribunal de Contas, de forma autônoma e independente, sem qualquer participação do Poder Legislativo.

Sobre o sistema de controle externo previsto na Constituição Federal (arts. 70 a 75), assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O controle externo é facultativo, a critério de cada ente federativo.
- (B) O controle externo é atribuição do Poder Judiciário, conforme o princípio da separação de poderes.
- (C) O controle externo é exercido exclusivamente pelo Tribunal de Contas, sem o Legislativo.
- (D) O controle externo é exercido pelo Poder Legislativo, com o auxílio do Tribunal de Contas.

### Questão 10

Associe os princípios da transparência fiscal previstos na LRF (Lei Complementar nº 101/2000) com seus respectivos instrumentos e marque a alternativa CORRETA.

#### Coluna A – Princípios

1. Transparência da gestão fiscal.
2. Controle social.
3. Responsabilidade na gestão pública.

#### Coluna B – Instrumentos

- Divulgação em meios eletrônicos de planos e relatórios fiscais.
- Participação popular em audiências públicas sobre metas fiscais.
- Equilíbrio entre receitas e despesas na execução orçamentária.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) 1, 3, 2.
- (B) 3, 2, 1.
- (C) 1, 2, 3.
- (D) 2, 1, 3.

## Conhecimentos Específicos

### Questão 11

A Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021) estruturou o sistema de controle das contratações públicas com base em linhas de defesa. O Art. 169 define a atuação dos agentes públicos envolvidos nesse processo, visando a gestão de riscos e

a supervisão.

Sobre a estrutura de linhas de defesa da Lei nº 14.133/2021, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas.

A segunda linha de defesa é composta exclusivamente pelos assessores jurídicos e pelo controle externo (Tribunal de Contas), que atuam na supervisão dos atos da primeira linha.

A primeira linha de defesa é integrada pelos servidores e unidades que atuam na gestão de riscos e na execução de controles internos operacionais, como os gestores e fiscais de contratos.

A terceira linha de defesa, composta pelo órgão central de controle interno e pelo tribunal de contas, é a única com competência para aplicar sanções por irregularidades contratuais.

O modelo de três linhas determina que a autoridade máxima do órgão (terceira linha) deve supervisionar diretamente a primeira linha, sem a intermediação da segunda linha (unidades de controle).

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, V, V, V.
- (B) V, F, F, F.
- (C) F, F, V, V.
- (D) F, V, F, F.

### Questão 12

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) rege-se por princípios e normas específicas, notadamente as NBC TSP e o MCASP, que estabelecem o regime contábil a ser adotado pela administração pública. A correta aplicação do regime é fundamental para a evidenciação fidedigna do patrimônio e das variações patrimoniais.

Assim, analise as afirmativas a seguir.

I. A CASP adota o regime de competência para o registro das variações patrimoniais, tanto as qualitativas quanto as quantitativas, afetando o resultado patrimonial.

II. Para fins de apuração da execução orçamentária da despesa, o MCASP determina a aplicação do regime de caixa, reconhecendo a despesa orçamentária apenas no momento do efetivo pagamento.

III. A receita orçamentária, sob a ótica patrimonial, deve ser reconhecida no momento do fato gerador, mas, sob a ótica orçamentária, segue o regime de caixa, sendo registrada apenas quando efetivamente arrecadada.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III apenas.
- (B) I e II apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II apenas.

### Questão 13

Os sistemas de controle interno dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário devem manter, de forma integrada, suas atividades com o objetivo de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional. No que tange às finalidades constitucionais do controle interno, conforme o Art. 74 da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Exercer o controle das operações de crédito e da dívida pública, substituindo as atribuições de controle macroeconômico do Banco Central.
- (B) Aplicar sanções diretas aos gestores que cometerem atos de improbidade administrativa, independentemente de decisão judicial ou do Tribunal de Contas.
- (C) Auditar exclusivamente a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão, eximindo-se da análise de economicidade, eficiência ou eficácia.
- (D) Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.

### Questão 14

O controle da gestão patrimonial no setor público envolve o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens. A Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), por meio do MCASP e das NBC TSP, exige procedimentos específicos para o tratamento do ativo imobilizado, visando refletir adequadamente o patrimônio. Sobre esses procedimentos, assinale a alternativa correta.

- (A) Isentar os bens de uso comum do povo do registro obrigatório de depreciação, visto que seu potencial de serviço é considerado inesgotável e seu valor de difícil mensuração.
- (B) Realizar a reavaliação dos ativos imobilizados apenas quando houver indicação de desvalorização (teste de impairment), sendo vedada a reavaliação para valores superiores ao custo contábil.
- (C) Registrar os bens adquiridos por doação ou permuta pelo seu valor simbólico (um real), para não impactar o resultado patrimonial, mas apenas o resultado orçamentário do exercício.
- (D) Reconhecer a depreciação, amortização e exaustão dos bens de forma sistemática, tratando-as como variação patrimonial diminutiva que afeta o resultado patrimonial do período.

### Questão 15

O sistema de controle na Administração Pública brasileira é dividido em Controle Interno e Controle Externo, cada qual com suas competências e âmbitos de atuação. O Controle Interno atua dentro de cada Poder, enquanto o Controle Externo é exercido pelo Poder Legislativo com auxílio dos Tribunais de Contas. Sobre a relação e as distinções entre esses controles, assinale a alternativa correta.

- (A) O controle interno atua de forma prévia, concomitante e subsequente aos atos administrativos, e tem o dever constitucional de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- (B) O controle externo possui precedência hierárquica sobre o controle interno, podendo avocar processos e determinar a revisão de todos os atos de auditoria interna antes de sua conclusão.
- (C) O controle interno foca exclusivamente na legalidade e legitimidade dos atos, enquanto o controle externo é o único competente para fiscalizar a economicidade, eficiência e eficácia da gestão.
- (D) A atuação do controle interno é facultativa para municípios com menos de 10 mil habitantes, sendo suas funções de auditoria e fiscalização absorvidas integralmente pelo controle externo (Tribunal de Contas).

### Questão 16

O controle da gestão orçamentária e financeira é pilar da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que atribui responsabilidades claras ao sistema de controle interno. Conforme o Art. 59 da LRF (LC 101/2000), o controle interno deve emitir parecer sobre as contas dos gestores e realizar verificações específicas. A respeito dessas verificações, assinale a alternativa correta.

- (A) Verificar a destinação de recursos para o setor privado, priorizando o fomento econômico em detrimento do cumprimento das metas fiscais estabelecidas na LDO.
- (B) Verificar o cumprimento dos limites e condições relativos à inscrição de Restos a Pagar.
- (C) Validar a contratação de operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) mesmo após o primeiro dia do último ano de mandato do titular do Poder Executivo.
- (D) Autorizar, em caráter excepcional, a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, desde que haja parecer favorável do Tribunal de Contas.

### Questão 17

O controle interno da gestão de recursos humanos é essencial para garantir a legalidade e a eficiência dos gastos com pessoal. A Constituição Federal estabelece regras estritas sobre remuneração e acumulação de cargos, cuja verificação é dever do controle.

Acerca das verificações do controle interno na área de pessoal, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas.

- ( ) A verificação do teto remuneratório (Art. 37, XI, CF) deve considerar cada cargo ou emprego isoladamente, permitindo que um mesmo servidor receba acima do teto se acumular licitamente dois cargos públicos.
- ( ) O controle deve verificar a compatibilidade de

horários na acumulação lícita de cargos (Art. 37, XVI), sendo esta uma exigência constitucional expressa para a efetiva prestação dos serviços.

( ) A acumulação de um cargo técnico com um cargo de professor é permitida, mas o controle interno deve vetá-la se o cargo técnico não exigir formação de nível superior, conforme jurisprudência dominante.

( ) O controle interno deve validar o pagamento de vantagens pessoais que excedam o subsídio do Prefeito (teto municipal), desde que tais vantagens tenham sido adquiridas antes da Emenda Constitucional 41/2003, em respeito ao direito adquirido.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, F, V, V.
- (B) V, V, V, V.
- (C) F, V, F, F.
- (D) V, F, F, F.

### Questão 18

A implementação de um sistema de controle interno municipal eficaz frequentemente se baseia em metodologias internacionalmente aceitas, como a estrutura do COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission). Essa estrutura define componentes essenciais para que a organização alcance seus objetivos de operacionalidade, divulgação e conformidade.

Acerca dos componentes da estrutura COSO, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas.

( ) O componente 'Avaliação de Riscos' envolve a identificação e análise dos riscos, mas delega o estabelecimento de mecanismos de resposta a riscos exclusivamente ao componente 'Ambiente de Controle'.

( ) As 'Atividades de Controle' são políticas e procedimentos que ajudam a garantir que as diretrizes sejam executadas, operando de forma totalmente independente do componente de 'Informação e Comunicação'.

( ) O 'Monitoramento' é o processo que avalia a qualidade do desempenho do sistema de controles internos, sendo realizado unicamente por auditores externos para garantir a isenção e independência.

( ) O 'Ambiente de Controle' estabelece a base para todos os outros componentes do controle interno, influenciando a consciência de controle das pessoas e incluindo fatores como integridade, valores éticos e competência.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, V, V, V.
- (B) V, F, F, F.
- (C) F, F, V, V.
- (D) F, F, F, V.

### Questão 19

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) exige a publicação de relatórios específicos que demonstram a execução orçamentária e a gestão fiscal. O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) são instrumentos fundamentais de transparência e controle, analisados pelo controle interno.

Assim, analise as afirmativas a seguir.

I. O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) é emitido ao final de cada quadrimestre e deve conter, entre outros, os demonstrativos dos limites de despesa com pessoal e da dívida consolidada.

II. O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) é emitido ao final de cada bimestre e deve abranger todos os Poderes e o Ministério Público, que devem fornecer as informações ao Executivo.

III. Caso um município possua menos de cinquenta mil habitantes, ele fica dispensado da elaboração e publicação tanto do RREO quanto do RGF, devendo publicar apenas um balanço anual simplificado.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I e II apenas.
- (C) II apenas.
- (D) I e III apenas.

### Questão 20

O controle da execução contratual na administração pública é uma fase crítica para assegurar que o objeto contratado seja entregue conforme as especificações. A Lei nº 14.133/2021 detalha as responsabilidades dos fiscais de contrato e gestores para garantir a eficácia e legalidade.

Assim, analise as afirmativas a seguir.

I. O gestor do contrato e o fiscal do contrato são figuras idênticas, sendo vedada pela Lei 14.133/2021 a designação de agentes distintos para essas funções, visando centralizar a responsabilidade.

II. A execução do contrato deve ser acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais, representantes da Administração especialmente designados, sendo-lhes permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações.

III. O descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais pelo contratado exime-o automaticamente de sanções, caso o fiscal do contrato tenha atestado o recebimento do objeto sem ressalvas.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) II apenas.
- (D) I e III apenas.

## Questão 21

Um gestor municipal precisa contratar, para entrega imediata, um lote de medicamentos específicos não padronizados, cujo valor total estimado é de R\$ 55.000,00. Paralelamente, precisa contratar um serviço de manutenção de veículos automotores da frota da saúde, estimado em R\$ 90.000,00. Considerando os limites para dispensa de licitação em razão do valor, conforme a Lei nº 14.133/2021 e suas atualizações (Decreto nº 11.871/2023), assinale a alternativa correta.

- (A) Não é dispensável a licitação para nenhum dos casos, pois o limite para compras (medicamentos) é de R\$ 50.000,00 e o de serviços (manutenção) é de R\$ 100.000,00, conforme o texto original da lei.
- (B) É dispensável a licitação para a contratação dos serviços de manutenção de veículos automotores, pois seu valor (R\$ 90.000,00) é inferior ao limite atualizado de R\$ 121.854,02.
- (C) É dispensável a licitação para a aquisição dos medicamentos, pois seu valor (R\$ 55.000,00) é inferior ao limite de R\$ 121.854,02, aplicável a compras em geral.
- (D) É dispensável a licitação para ambos os casos, pois o limite de R\$ 121.854,02 aplica-se indistintamente a obras, serviços de engenharia, manutenção de veículos e compras.

## Questão 22

Uma entidade pública está licitando uma obra de engenharia de grande vulto, avaliada em R\$ 300 milhões (valor superior ao definido em decreto para grande vulto). Dada a complexidade e o valor envolvido, o gestor deseja estabelecer mecanismos robustos para assegurar a plena execução do contrato. No que tange à exigência de garantias contratuais, conforme a Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

- (A) A garantia, se exigida, deverá ser de, no mínimo, 10% (dez por cento) e, no máximo, 20% (vinte por cento) do valor do contrato, devido ao risco elevado da obra.
- (B) A exigência de garantia é obrigatória em todos os contratos administrativos, devendo ser fixada em 5% (cinco por cento) do valor total, independentemente da complexidade.
- (C) Em contratos de obras de grande vulto, a lei exige exclusivamente a modalidade seguro-garantia, não sendo permitida a fiança bancária ou a caução em dinheiro.
- (D) A critério da autoridade competente, poderá ser exigida garantia, cujo valor poderá ser de até 10% (dez por cento) do valor inicial do contrato, por se tratar de obra de grande vulto.

## Questão 23

A Lei nº 14.133/2021 estabelece os critérios de julgamento que podem ser utilizados nas licitações, definindo como o objeto será avaliado para selecionar a

proposta mais vantajosa. Acerca do assunto, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

( ) O critério de maior retorno econômico é utilizado exclusivamente para a celebração de contratos de eficiência, e a remuneração do contratado será fixada em percentual sobre a economia gerada.

( ) O critério de julgamento por técnica e preço deve ser utilizado preferencialmente para serviços técnicos especializados de natureza intelectual, sendo obrigatório que o fator técnico tenha um peso de 60% e o preço 40%.

( ) O critério de maior lance é utilizado em todas as modalidades de licitação, podendo ser aplicado inclusive para a contratação de obras e serviços de engenharia, sem relação com alienações ou concessões de uso.

( ) O critério de julgamento de melhor técnica ou de conteúdo artístico aplica-se exclusivamente a objetos de natureza predominantemente intelectual ou artística, sendo a avaliação baseada em critérios técnicos e de mérito, e o preço considerado apenas de forma complementar, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, V, F, F.
- (B) F, F, V, V.
- (C) F, V, V, F.
- (D) V, F, F, V.

## Questão 24

Um fornecedor entregou um lote de equipamentos com especificações técnicas inferiores às exigidas no edital, causando prejuízo à Administração. A comissão de fiscalização apurou a inexecução parcial do contrato. O gestor agora avalia as sanções cabíveis conforme a Lei nº 14.133/2021. Assim, analise as afirmativas a seguir.

I. A sanção de impedimento de licitar e contratar impede o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que aplicou a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

II. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impede o responsável de licitar ou contratar em toda a Administração Pública (todos os entes), por um prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

III. A multa, se aplicada, não poderá ser inferior a 1% (um por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II apenas.
- (B) II e III apenas.
- (C) III apenas.
- (D) I, II e III.

## Questão 25

O Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) foi instituído pela Lei nº 14.133/2021 como ferramenta central de transparência e gestão dos processos licitatórios. Analise as afirmativas a seguir.

( ) O PNCP é de gestão exclusiva da União, sendo facultativa a adesão de Estados e Municípios, que podem manter seus próprios portais de transparência como substitutos legais.

( ) O PNCP deverá conter, entre outras informações, os planos de contratação anuais, os editais de licitação e seus anexos, os contratos celebrados e as notas fiscais eletrônicas, quando for o caso.

( ) Municípios com até 20.000 habitantes têm o prazo de 8 (oito) anos, a contar da publicação da lei, para se adaptarem e passarem a publicar suas contratações no PNCP.

( ) Embora o PNCP seja o sítio oficial, a publicação de editais em jornais de grande circulação local ou nacional permanece obrigatória para garantir a ampla publicidade.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, F, V, F.
- (B) V, V, F, F.
- (C) F, V, F, F.
- (D) V, F, V, V.

## Questão 26

No âmbito da Lei nº 14.133/2021, a governança das contratações é pautada por agentes públicos que desempenham funções essenciais. Um desses papéis centrais é o do agente de contratação, responsável por tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame. Acerca do assunto, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

( ) O agente de contratação deve ser, obrigatoriamente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública.

( ) Em licitações que envolvam bens ou serviços especiais, o agente de contratação poderá ser substituído, obrigatoriamente, por uma comissão de contratação composta por, no mínimo, 5 (cinco) membros.

( ) Nos pregões, o agente de contratação será substituído legalmente pelo leiloeiro oficial, mantendo-se as mesmas responsabilidades.

( ) O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, V, V, V.
- (B) V, V, F, F.
- (C) F, F, F, V.
- (D) V, F, V, F.

## Questão 27

A inexigibilidade de licitação ocorre quando há inviabilidade de competição, sendo as hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021 consideradas um rol exemplificativo. Assim, analise as afirmativas a seguir.

I. É inexigível a licitação para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, desde que sejam de natureza singular e executados por profissional ou empresa de notória especialização.

II. É inexigível a licitação para a contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário, desde que o artista possua, no mínimo, 5 (cinco) anos de consagração pela crítica especializada ou pela opinião pública.

III. É inexigível a licitação para aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III apenas.
- (D) II apenas.

## Questão 28

A Lei nº 14.133/2021 inovou ao redefinir as modalidades de licitação disponíveis para a Administração Pública, extinguindo algumas modalidades previstas na Lei nº 8.666/1993, como a tomada de preços e o convite, e introduzindo uma nova. Assim, analise as afirmativas a seguir.

I. O diálogo competitivo é a modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração realiza diálogos com licitantes previamente selecionados, com o objetivo de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades.

II. O pregão é a modalidade obrigatória para contratação de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de técnica e preço.

III. A concorrência é a modalidade aplicável para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujos critérios de julgamento podem ser, entre outros, melhor técnica ou conteúdo artístico e técnica e preço.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.

- (B) II apenas.
- (C) I e II apenas.
- (D) I e III apenas.

### Questão 29

O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um procedimento auxiliar previsto na Lei nº 14.133/2021, utilizado para contratações futuras. Uma de suas características é a possibilidade de adesão à ata por órgãos ou entidades que não participaram do certame (os 'caronas'). Sobre as regras dessa adesão, assinale a alternativa correta.

- (A) A soma total das adesões (caronas) relativas a cada item registrado não poderá exceder ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata para o órgão gerenciador e participantes.
- (B) A adesão à ata de registro de preços por órgãos não participantes é vedada pela Lei nº 14.133/2021, que exige que todos os interessados participem do certame original.
- (C) As aquisições ou contratações adicionais por órgãos não participantes (caronas) não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.
- (D) A adesão por órgãos não participantes só é permitida para órgãos do mesmo ente federativo (ex: Município só pode aderir à ata de outro órgão do mesmo Município).

### Questão 30

A Lei nº 14.133/2021 estabeleceu um rol de princípios que devem ser observados na aplicação da norma, ampliando o escopo tradicionalmente visto. Dentre eles, destaca-se a necessidade de separar atribuições de autorização, aprovação, execução, controle e pagamento, visando reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes. Assinale a alternativa que corresponde corretamente a esse princípio específico.

- (A) Planejamento.
- (B) Segregação de funções.
- (C) Motivação.
- (D) Eficácia.

### Questão 31

A Lei nº 8.429/1992 define, em seu Art. 9º, um rol de condutas que configuram atos de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito. A configuração desses atos pressupõe o dolo específico do agente em auferir vantagem patrimonial indevida.

Assim, analise as afirmativas a seguir.

I. Constitui ato de improbidade receber, para si ou para outrem, dinheiro ou qualquer outra vantagem econômica,

a título de comissão, percentagem ou gratificação de quem tenha interesse que possa ser atingido por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público.

II. Configura ato de improbidade utilizar, em obra ou serviço particular, qualquer bem móvel, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades referidas no art. 1º desta Lei, bem como o trabalho de servidores, de empregados ou de terceiros contratados por essas entidades.

III. O ato de perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza configura enriquecimento ilícito, mesmo que a verba seja destinada a finalidade lícita.

Está correto o que se afirma em:

- (A) III apenas
- (B) I, II e III
- (C) I e II apenas
- (D) II e III apenas

### Questão 32

Os atos de improbidade administrativa que causam lesão ao erário estão tipificados no Art. 10 da Lei nº 8.429/1992 e, após as reformas legislativas, exigem a comprovação de dolo específico do agente para sua configuração. Assinale a alternativa que descreve uma conduta que se enquadra nessa modalidade de improbidade.

- (A) Deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que o faça com culpa grave, independentemente do dolo de ocultar informações.
- (B) Revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada.
- (C) Ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento, mesmo que o agente público demonstre que não agiu com a intenção de lesar o erário (dolo genérico).
- (D) Conceder, aplicar ou manter benefício financeiro ou tributário contrário ao que dispõem o caput e o § 1º do art. 8º-A da Lei Complementar nº 116/2003 (Lei do ISSQN).

### Questão 33

O Ministério Público ajuizou Ação de Improbidade Administrativa contra um servidor público. O juiz, antes de receber a petição inicial, determinou a citação do réu para apresentar sua defesa. O servidor alegou que o juiz deveria ter rejeitado a ação liminarmente, pois os fatos narrados não configuravam dolo.

Sobre a fase inicial do processo de improbidade, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas.

( ) A ação de improbidade seguirá o procedimento comum previsto no Código de Processo Civil, sendo obrigatória a notificação do réu para oferecer

manifestação preliminar por escrito.

(\_\_\_) Se a petição inicial estiver em devida forma e os fatos narrarem improbidade, o juiz receberá a inicial, mesmo que não haja indícios suficientes da prática do ato.

(\_\_\_) Havendo indícios de ato de improbidade, o juiz receberá a petição inicial em decisão fundamentada, cabendo agravo de instrumento contra essa decisão.

(\_\_\_) Da decisão que rejeita a petição inicial por inadequação da via eleita ou pela inexistência do ato de improbidade, cabe o recurso de apelação.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, F, V, V.
- (B) V, F, F, V.
- (C) V, V, F, F.
- (D) F, V, V, F.

### Questão 34

A aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa deve observar os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, considerando a gravidade do fato, a extensão do dano e o proveito patrimonial obtido.

Assim, analise as afirmativas a seguir.

I. A sanção de perda da função pública, quando aplicada, atinge apenas o vínculo de mesma qualidade e natureza que o agente público ou político detinha com o poder público à época do cometimento da infração.

II. Em caráter excepcional, é permitida a aplicação da sanção de perda da função pública quando o ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública (Art. 11) for de menor ofensa.

III. A absolvição criminal em ação que discuta os mesmos fatos não impede o trâmite da ação de improbidade, salvo se a sentença criminal reconhecer a inexistência do fato ou a negativa de autoria.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III apenas
- (B) I e II apenas
- (C) I, II e III
- (D) II apenas

### Questão 35

A Lei nº 8.429/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, sofreu profundas alterações legislativas recentes, redefinindo o elemento subjetivo necessário para a configuração do ato ímprobo. Conforme o texto atual da lei, para a caracterização dos atos de improbidade administrativa, assinale a alternativa que descreve corretamente o elemento subjetivo exigido.

- (A) Admite-se a configuração por dolo genérico para os atos que causam enriquecimento ilícito e por culpa grave para os atos que causam lesão ao erário.
- (B) Admite-se a configuração por culpa, dolo genérico ou dolo específico, a depender da gravidade do ato e da classificação legal do agente público.
- (C) Exige-se a comprovação do dolo específico, consubstanciado na vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado, não bastando a voluntariedade do agente ou a mera demonstração de culpa.
- (D) Exige-se o dolo para enriquecimento ilícito e lesão ao erário, mas admite-se a culpa grave para os atos que atentam contra os princípios da administração pública.

### Questão 36

A Lei nº 14.230/2021 introduziu na Lei de Improbidade Administrativa a possibilidade de celebração de Acordo de Não Persecução Cível (ANPC). Sobre os requisitos e condições desse acordo, assinale a alternativa correta.

- (A) O acordo só pode ser proposto após o recebimento da petição inicial pelo juiz e deve incluir, obrigatoriamente, a sanção de suspensão dos direitos políticos.
- (B) O acordo pode ser celebrado pelo Ministério Público, prevendo, entre outras condições, o integral ressarcimento do dano e a reversão, à pessoa jurídica lesada, da vantagem indevida obtida.
- (C) O acordo é vedado nos casos de atos que importem enriquecimento ilícito (Art. 9º), sendo permitido apenas para lesão ao erário (Art. 10) e violação de princípios (Art. 11).
- (D) A celebração do acordo pressupõe a confissão do ato de improbidade pelo investigado, mas dispensa o integral ressarcimento do dano, que será objeto de ação autônoma.

### Questão 37

Um servidor público tomou posse em um novo cargo efetivo, mas não apresentou a declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza no momento da posse. A autoridade administrativa competente instaurou procedimento para apurar a falta. Conforme a Lei nº 8.429/1992, essa omissão pode configurar ato de improbidade e está sujeita a sanções específicas. Assinale a alternativa correta sobre a declaração de bens e suas consequências.

- (A) A recusa em prestar a declaração de bens configura ato de improbidade que atenta contra os princípios (Art. 11), sujeitando o agente à multa, mas não à pena de demissão.
- (B) O servidor que se recusar a prestar a declaração será notificado e, caso não o faça, responderá por ato de improbidade (Art. 11), mas sua posse não será invalidada.

- (C) A declaração de bens só é exigida para cargos de alta gestão (Ministros, Secretários e Diretores), sendo facultativa para os demais servidores efetivos.
- (D) A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração de imposto de renda, sendo punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, o agente que se recusar a prestá-la.

### Questão 38

Um empresário, sem ser agente público, induziu dolosamente um Secretário Municipal a praticar um ato de improbidade que gerou enriquecimento ilícito para ambos. O Ministério Público propôs ação de improbidade contra o Secretário e também contra o empresário. O advogado do empresário alega que ele não pode ser réu na ação, pois a LIA se aplica apenas a agentes públicos.

Acerca da responsabilidade de terceiros na Lei de Improbidade Administrativa, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas.

( ) As disposições da Lei de Improbidade Administrativa são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.

( ) Os sócios, cotistas, diretores ou colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que tenha sido praticado, respondendo a pessoa jurídica objetivamente.

( ) Caso o agente público seja absolvido da acusação de improbidade, o terceiro (empresário) responderá autonomamente pelo ato, desde que comprovado seu dolo.

( ) A responsabilidade do terceiro que induz ao ato é subsidiária, respondendo apenas se o agente público principal não tiver patrimônio para o ressarcimento.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, F, V, V.  
(B) V, F, F, F.  
(C) F, V, V, V.  
(D) V, V, F, F.

### Questão 39

Um Prefeito Municipal nomeou seu irmão, engenheiro civil de notória qualificação técnica e vasta experiência no setor, para o cargo de Secretário Municipal de Obras. O Ministério Público questionou o ato, alegando violação aos princípios da administração.

Considerando a tipificação dos atos que atentam contra os princípios da administração pública (Art. 11 da LIA), marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas.

( ) O nepotismo, conforme Art. 11, XI, é configurado pela nomeação de parente até o terceiro grau, sendo irrelevante se o cargo é de natureza política ou se o

nomeado possui qualificação técnica.

( ) Para os atos do Art. 11, basta a violação da legalidade ou da moralidade, não sendo exigido o dolo específico, mas apenas o dolo genérico (vontade de praticar o ato).

( ) A mera nomeação de parente para cargo político, como Secretário Municipal, configura automaticamente o ato de improbidade previsto no Art. 11, XI, da LIA.

( ) Revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço, é conduta tipificada no Art. 11.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, V, V, F.  
(B) F, V, F, V.  
(C) F, F, F, V.  
(D) V, F, V, F.

### Questão 40

A Lei nº 8.429/1992 estabelece um regime de prescrição específico para a ação de improbidade administrativa, bem como as sanções aplicáveis aos condenados.

Assim, analise as afirmativas a seguir.

I. A ação para a aplicação das sanções prescreve em 8 (oito) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.

II. A suspensão dos direitos políticos e a proibição de contratar com o poder público, em caso de condenação por enriquecimento ilícito (Art. 9º), podem ser aplicadas por um prazo de até 14 (catorze) anos.

III. A interrupção da prescrição, que só pode ocorrer uma vez, retroage à data da propositura da ação.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- (A) I apenas.  
(B) I, II e III.  
(C) I e II apenas.  
(D) II e III apenas.

RASCUNHO - NÃO DESTAQUE